



Comunicação, Discurso e Resistência: A Prática Ciberativista de Mulheres Indígenas no Facebook

HELLEN CRISTINA PICANÇO SIMAS

Membro do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAM
Líder do Núcleo de estudos da linguagem da Amazônia -Nel-Amazônia

LUDYANE DA SILVA FERREIRA

Jornalista pela Universidade federal do Amazonas

KAMILY GLÓRIA PANTOJA

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal de Tocantins

Resumo

Com o surgimento da internet, houve uma grande mudança na forma de comunicação humana como a facilidade de interação com muitas pessoas, ao mesmo tempo, e distantes fisicamente, além da possibilidade de reunir um grande número de indivíduos em grupos para, por exemplo, exporem opiniões, ideias e, até mesmo, reivindicar direitos. Muitos grupos considerados excluídos pela grande mídia viram, na cibercomunicação um instrumento de luta. Compreendendo a importância da temática, este trabalho estuda o discurso e a prática ciberativista de mulheres indígenas na rede social Facebook, para compreender quais as narrativas construídas enquanto sujeito-discursivo em espaços virtuais, na tentativa de desconstruir estereótipos sobre a imagem da mulher indígena e sobre os povos indígenas. Buscou-se também entender como esses espaços são usados para promover debate e ciberativismo em prol as causas indígenas. Para isso, foram selecionadas seis publicações de duas líderes indígenas para compor o *corpus* de estudo. Utilizou-se como fundamentação teórica a Análise do Discurso francesa, tendo como referência autores como Pêcheux (1996, 2001) e Orlandi (2001). Foram encontrados discursos que defendem a igualdade de gênero e, principalmente, a defesa pelos direitos indígenas, de modo a deixar evidente a resistência dos povos indígenas e as medidas que lhes são impostas.

Palavras-chave

Mulheres Indígenas; Ciberativismo; Facebook; Análise do Discurso.

Abstract

With the emergence of the internet, there has been a major change in the form of human communication as the ease of interaction with many people at the same time and physically distant, and the possibility of bringing together large numbers of individuals in groups to, for example, expose opinions, ideas and even claiming rights. Many groups considered excluded by the mainstream media have seen cybercommunication as an instrument of struggle. Understanding the importance of the theme, this paper studies the discourse and cyberactivist practice of indigenous women in the Facebook social network, to understand which narratives are constructed as discursive subjects in virtual spaces, in an attempt to deconstruct stereotypes about the image of indigenous women and about the indigenous peoples. We also sought to understand how these spaces are used to promote debate and cyberactivism in favor of indigenous causes. For this, six publications by two indigenous leaders were selected to compose the corpus of study. The French Discourse Analysis was used as theoretical foundation, having as reference authors such as Pêcheux (1996, 2001) and Orlandi (2001). Discourses defending gender equality and, above all, the defense of indigenous rights were found, so as to make evident the resistance of indigenous peoples and the measures imposed on them.

Keywords

Indigenous Women; Cyberactivism; Facebook; Speech Analysis.

Artigo recebido em 29 de novembro de 2019

Aprovado em 20 de outubro de 2020

1. Introdução

A partir do ano 1969, com surgimento da internet, a humanidade passou a presenciar inúmeras mudanças quanto aos modos de interação social. Esse advento não influenciou somente as formas de comunicação, mas também os costumes, lazer, consumos, condutas, bem como as relações dos indivíduos que passam a utilizar a internet. Castells em seu livro “A Sociedade em Rede” já dizia que, “com o surgimento da internet, haveria uma revolução tecnológica que remodelaria a base material da sociedade” (CASTELLS, 2007 p. 39). Por esse viés, nota-se que, pelo fato da internet possibilitar uma maior democratização e atingir um número expressivo de pessoas, em curto período temporal, muitos grupos excluídos socialmente a veem como um novo meio de abordar assuntos restringidos nas pautas dos grandes veículos de comunicação do Brasil. As plataformas digitais, assim, tornam-se um espaço público de reivindicações, permitindo opiniões, ideologias e, conseqüentemente, acabando por unir um determinado número de pessoas com gostos em comum, formando-se grupos e fazendo com que se torne um campo discursivo muito produtivo, capaz de mexer com as estruturas sociais para além das redes.

Essa prática pode ser chamado de Ciberativismo. Ainda pouco utilizado para esses tipos de ação iniciada no mundo virtual, mas que, aos poucos, vem ganhando visibilidade, o termo pode ser sucintamente conceituado por Rigitano (2003, p. 3) como “apoio e mobilização para uma causa; criar espaços de discussão e troca de informação; organizar e mobilizar indivíduos para ações e protestos on-line e off-line” (op. cit., p. 3). Atualmente, tornou-se a principal ferramenta de expressão popular principalmente nas redes sociais. Trata-se de quebras de paradigmas e movimento de luta contra desigualdades sociais, pois muitos a veem como um novo meio de serem vistos e representados, uma vez que ela é utilizada para melhorar o processo democrático da difusão de conteúdos e também para a formação de um sujeito que busca a melhoria de seu ambiente social.

Um grupo ainda excluído socialmente e que está se apropriando dessa ferramenta são as mulheres indígenas, já que espaço na grande mídia, e suas pautas raramente são mencionadas. Portanto, muitas líderes indígenas têm buscado, cada vez mais, utilizar os espaços virtuais em benefício próprio e em prol da causa de seu povo, especialmente os espaços das redes sociais, uma vez que viram, no mundo da internet, uma forma de serem visibilizadas perante à sociedade. Partindo dessa conjuntura, notou-se a relevância de compreender o discurso e a prática ciberativista das mulheres indígenas no Facebook, e foram selecionados os perfis de duas líderes indígenas que são referências na luta por direitos dos povos originários, a saber:

Sonia Bone Guajajara, pertencente ao povo Guajajara/Tentehar, que habita a Terra Indígena Arariboia, no Maranhão. Formou-se em Letras e em Enfermagem e possui pós-graduação em Educação Especial. É Coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), e representou indígenas brasileiros em vários eventos internacionais, como a Conferência do Clima em Paris, em 2015. No mesmo ano, foi premiada com a Ordem do Mérito Cultural, do Ministério da Cultura. Em 2018, foi primeira indígena a concorrer à vice-presidente da república do Brasil.

Célia Nunes Corrêa, mais conhecida como Célia Xakriabá, é integrante do povo Xakriabá, do norte de Minas Gerais. Militante desde 13 anos de idade, participa ativamente em movimentos indígena em prol de melhorias para seu povo. Tornou-se a primeira mulher indígena a representar os povos indígenas de Minas Gerais na Secretaria de Educação do Estado.

Tais mulheres são reconhecidas na atualidade por ter como premissa um posicionamento político e o fim de preconceitos étnicos e de gênero, portanto, ao analisar seus textos, foi possível verificar as formações ideológica que estão na base dos discursos das indígenas e verifica-se ainda se há convergência entre o lugar social e o lugar discursivo.

2. Análise do Discurso: a bases teórica para a discussão da mulher indígena na mídia

Para analisar os dizeres e práticas ciberativistas que tais mulheres defendem em seus perfis do facebook, a base foi a teoria da Análise do Discurso, especificamente as categorias sujeito, discurso, formação discursiva e formação ideológica. Conceitos que embasam este estudo, tal escolha deu-se pelo fato de que “na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2002, p. 15). A língua fazendo sentido, no caso dessas personalidades que são líderes de resistência indígenas se fazem presentes na materialidade da língua, e tal materialidade se constitui, no caso, não somente por meio de protestos em audiências em Brasília ou em reuniões, mas também por meio das redes sociais, em textos escritos que constam suas ideologias, seus ideais. E essas condições atestam que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2002, p. 46).

A ideologia, para Gregolin (2004), trata-se da relação criada pelo homem na psique com as condições materiais, reais de subsistência perante o que é internalizado como sociedade. Por meio das experiências vividas, a ideologia concretiza as relações sociais. Seguindo essa linha, todos os indivíduos são guiados por convicções, permitindo atestar ao

que lhe é conveniente. As perspectivas que cada ser humano possibilita uma razão de existência, do que seguir, pelo que lutar. Crenças, valores, acreditar no que é certo ou errado, bem ou mal, ruim ou bom são orientados pelos pressupostos em que se tem como veracidade. A ideologia é a essência do sujeito e dos sentidos. Em AD, utilizamos o termo formação ideológica como aquele lugar que reúne as formações discursivas permeadas desses valores, crenças e historicidade.

As mulheres indígenas mostram suas reivindicações, protestos por meio dos dizeres e estes em dados momentos autenticam o que chama de formação discursiva. É por meio desta que é possível entender a produção de sentido no que pode ou não ser dito, que, para Orlandi (2002, p. 43), “as formações discursivas (FD), por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”, sendo assim, o sujeito se constitui pela ideologia.

A FD permite compreender as posições ideológicas em dado momento histórico em que os dizeres são produzidos. É no discurso que a ideologia se torna visível, fazendo sentido em dado momento e não em outro, esboçando-se nos ditos presentes e no já-dito. Os sentidos se concretizam nas formações discursivas, e estas permitem entender as ideologias que se materializam na língua. É por meio da formação discursiva que se torna possível compreender no discurso a diversidade de sentido, mas isso só acontece devido ao fator contradição, a heterogeneidade presente em si, na qual se estruturam e se reestruturam constantemente. Isso permite que uma mesma palavra signifique diferentes sentidos em diferentes formações discursivas.

É por meio da ideologia que se permite cristalizar o que se entende como sujeito. A forma-sujeito modifica-se de acordo com as relações sociais, assim como o sujeito discursivo é visto na posição em que ele se encontra.

Quando falo a partir da posição de ‘mãe’, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz etc (ORLANDI, 2002, p. 49).

A posição-sujeito materializa os dizeres de formação discursiva, e isso que lhe dá identidade. Entretanto, destaca-se que o sujeito pode assumir mais de uma ou diferentes posições em uma FD, de modo a produzir efeitos de sentidos diferentes (COURTINE, 1982, p. 252). Na concepção de Orlandi (1999, p. 17), “o sujeito, na AD, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para

sua posição no discurso”. Perante esta perspectiva, analisar o objeto de estudo desta pesquisa pelo viés da AD constitui um gesto de compreender jogos de palavras, sentidos e as diversas interpretações de cada uma das publicações das indígenas em questão, de modo que vemos essas mulheres como sujeitos-discursivos, que carregam consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido.

É por meio da respectiva teoria e do emprego de seu método que o presente artigo se propôs a analisar mulheres indígenas e suas representações sobre as formas do dizer de si no ciberespaço enquanto sujeito-discursivo, a construção dos discursos em primeira pessoa (eu), na formação de identidades produzidas por meio do discurso plural voltado à classe indígena, atingindo o público (nós indígenas). E ainda analisar de que forma isso torna-se referência para a inserção das demais indígenas nas causas sociais por meio da visibilidade de suas publicações, tais como o número de curtidas, compartilhamentos, comentários e confirmações de presença em movimentos referente às causas indígenas, uma vez que muitos movimentos da atualidade começam pelas redes sociais, reforçando assim a prática ciberativista.

2.1 Movimento Indígena e a Representação Feminina

As organizações indígenas têm como base princípios tradicionais. Na maioria das comunidades os cargos de lideranças eram/são constituídos por homens. Com o tempo tal estrutura foi modificada, muitas mulheres estão conquistando espaço perante seu povo e fora das comunidades. As etnias na ação contínua de restabelecer os costumes, culturas, valores, na sociedade indígena em si, construiu-se um processo de ressignificação. Nessas mudanças, a mulher, como imagem de luta, defensora do seu povo, tanto em questões ideológicas, quanto estrutural, conquistaram espaços de liderança ou uma representatividade maior, posto prezado somente pela figura masculina dentro das comunidades indígenas. Assim como denominações são ressignificadas em busca dos direitos coletivos, a estrutura dentro da organização indígena também se ressignifica. Luciano (2009) explica que a melhor forma de garantir o empoderamento indígena feminino é “incentivando e oportunizando espaços de participação no movimento indígena em geral e nas organizações pan-étnicas locais e regionais, nas quais há forte predominância masculina (2009, p. 213).

Para que fossem ouvidas, tomaram iniciativa e criaram próprios departamentos dentro das comunidades. As primeiras organizações e movimentos iniciaram na década de 70 e 80. Ainda não eram institucionalizados, e a demanda inicial era apenas sobre questões de gênero denominadas como “Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – Amarn” e a “Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié - Amitrut”. Ambas

surgiam em 1980 na Amazônia, onde ainda estão situadas a maior parte das organizações femininas indígenas do Brasil, e serviram como precursoras na criação das demais, que foram surgindo e se tornando papel fundamental na representação das mulheres indígenas dentro das comunidades e fora delas.

As indígenas aos poucos vêm ganhando espaço e mostrando-se mais presentes nas decisões das comunidades, e ainda participando dos encontros, oficinas e conferências nacionais e internacionais promovidas pelas organizações indígenas, instâncias estatais e não governamentais, fazendo com que se reúna diversas mulheres de diferentes etnias, em trocas de conhecimento. Num sentido amplo, estão redefinindo o que se entende por política e por empoderamento, desde suas lutas coletivas e desde suas práticas cotidianas (HERNANDEZ, 2008, p.18).

Devido ao grande número de mulheres que estão tomando a frente e representando seus povos dentro ou fora das comunidades, muitas viram no facebook uma ferramenta de mobilização e visibilidade para que suas reivindicações ganhassem força e notoriedade. Atualmente diversas reuniões, manifestações e protestos são marcados via rede social. Pereira (2011) elucida que mobilizações como estas, debatidas em rede, chamam a atenção do poder público, que é obrigado a olhar para a situação, pois muitas mesmo ganhando força na rua, se apropriam das mídias sociais para gerar discussões e tomar novas dimensões, muitas das vezes maiores do que a inicial.

3. Discurso de Lideranças Indígenas

3.1.1 A construção discursiva da liderança Guajajara

A posição que a mulher indígena ocupa enquanto sujeito-discursivo não é uma posição universal, mas a posição de um sujeito histórico, assujeitado simbolicamente e ideologicamente, que, por algumas vezes, questões étnicas ocupam um lugar na formação social que a constitui, visto que “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1997, p. 59). Já no caso da mulher indígena em ambiente virtual, esse sujeito pode ocupar tanto o lugar social de mulher, mãe, ativista em causas ambientais, ou sociais, o que na AD significa que “o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso” (GRIGOLLETO, 2005, p. 5).

Com base na noção de sujeito que se apresenta por meio da AD, o estudo que aqui se segue baseou-se no acompanhamento e análise das redes sociais das seguintes indígenas: **Sônia Bone Guajajara** e **Célia Xakriabá**, no período de novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Durante o período notou-se que as líderes se apropriam de suas contas particulares na

do facebook para publicar assuntos voltados a questões indígenas, evidenciando assim, que a utilização das tecnologias não faz os indígenas menos indígenas, abre um leque de recursos para uma melhor resistência da luta dos povos e reafirmação de identidades étnicas.

Os textos para análise foram coletados principalmente no mês de dezembro, em decorrência de mudanças na presidência do Brasil, quando as políticas públicas voltadas aos povos indígenas se tornaram mais vulneráveis, uma vez que houve o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e, conseqüentemente, o vice Michel Temer assumiu. Nessa nova gestão, Temer aprovou algumas Leis e, dentre elas, algumas que atingem diretamente os indígenas. Então há a necessidade de compreender o posicionamento das lideranças indígenas, preferencialmente no referido mês frente às decisões para o país em que houve manifestações. E para identificar as postagens, fora realizado *Print Scream* das publicações das lideranças indígenas femininas. Sendo assim, o primeiro perfil selecionado para análise é da liderança Sonia Bone Guajajara, da etnia Guajajara do Maranhão. Segue abaixo a primeira postagem selecionada, do dia 4 de dezembro de 2016.



Figura 1 – Reunião com lideranças indígenas
Fonte: Facebook (2016).

Nesta postagem, a frase *#movimentoindigenanaamazoniabrasileira*, é utilizada como uma ferramenta adotada na rede social facebook, o *hashtag*, representado pelo símbolo # (jogo da velha ou cerquilha) para destacar a frase, sendo o objetivo do *hashtag* agrupar informações importantes de um mesmo tema ou assunto por meio de palavras-chaves, e, com isso, o sujeito discursivo busca evidenciar os esforços que os indígenas vêm buscando por direitos desde à colonização do Brasil, chamando a atenção para isso, colaborando para que os demais que compartilham dos mesmos interesses possam ser direcionadas a pesquisa para as pessoas que também marcaram seus conteúdos com a *hashtag* específica. O sujeito-discursivo, nesta publicação, assume o papel de liderança política, de modo a instigar os demais a questionarem a atual situação política vigente e evidenciar que indígena também

pode participar de reuniões voltadas a questões políticas, uma vez que “as posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 1997, p. 59).

Outro aspecto que se destaca, no discurso do sujeito, é o termo *ataque* que na memória discursiva remete a algo negativo, uma agressão. No dicionário, possui significado semelhante ao que é remetido, como uma execução de uma ação ofensiva, podendo ser violenta (AULETE, 1980). Desse modo, o sujeito do discurso faz referência à agressividade por parte do Governo, rememorando tempos de guerra, com a finalidade de impor supremacia ou salvaguardar interesses materiais ou ideológicos. O sujeito utiliza o termo em que, de um lado, o Governo ataca os direitos indígenas, tentando reduzir direitos já conquistados e, de outro, o *planejamento* como um contra-ataque ao Governo. Haja vista que o Brasil só funciona com excesso de trâmites burocráticos. E se as políticas funcionam desse modo, nada melhor do que se preparar para a “guerra” e somente por meio do planejamento burocráticos. Dessa forma, fica evidente que o termo “*ataque*” é uma sequência discursiva que permite visualizar a formação discursiva a que o Governo está atrelado: a de destruição dos direitos indígenas, que remete à formação ideológica colonizadora, ou seja, da mesma forma que no passado usurparam os povos indígenas, no presente isso está se repetindo, mas a sequência discursiva planejamento, justamente coloca essa liderança indígena em outra formação discursiva: a de luta pela manutenção dos direitos indígenas num claro conflito com a formação ideológica colonizadora.

Em “*Direitos indígenas na conjuntura política atual*”, a frase é destacada com a inicial em maiúscula, em que, por exemplo, os religiosos escrevem Deus, Ele, dEle para destacar a quem estão se referindo. E a autora utiliza esse destaque no texto todo só nessa palavra, como forma de chamar atenção nesse momento histórico em que o presidente Michel Temer pretende aprovar um projeto para que sejam reajustadas as reservas indígenas, diminuindo em 80%. Em outras palavras, ela aciona, na memória discursiva, os sentidos sobre direitos, algo que todos os brasileiros têm segundo a constituição. Os indígenas são brasileiros, logo faz jus aos direitos constitucionais enquanto brasileiro e mais aos direitos específicos por serem indígenas. Logo após os citados dizeres, há fotos de lideranças indígenas, fazendo surgir o sentido de que esse sujeito discursivo não está sozinho, mas seu discurso engloba outros sujeitos, há união e reforça o sentido de planejamento em equipe para luta. Segue abaixo a segunda postagem, do dia 6 de dezembro de 2016:



Figura 2 – Lançamento do filme Belo Monte depois da inundação
 Fonte: Facebook (2016).

No discurso “*Lançamento do filme ‘Belo Monte depois da inundação’ Quais os próximos passos para impedir as 40 Hidrelétricas programadas para Amazônia para evitar que outros crimes sociais e ambientais se repitam*”, a memória discursiva remete ao meio ambiente, se faz questionamentos quanto às providências a serem tomadas para que autores de crimes ambientais sejam punidos, uma vez que crimes como o de Mariana, ocorrido em 2015, e o de Brumadinho, ocorrido em 2019, são um alerta para demais tragédias.

Considerando que os indígenas são conhecidos por preservarem a natureza, o sujeito-discursivo, reforça tal visão, e se inscreve discursivamente como indígena e ativista defensora do meio ambiente, tentando chamar a atenção do poder público para as irregularidades de empresas, em especial as hidrelétricas, que, sem vistorias, ocasionam, por exemplo, poluição dos rios. A sequência discursiva aponta, portanto, para a preservação do meio ambiente, formação ideológica que entra em conflito com a das hidrelétricas, pois elas só pensam nos lucros. Tal discurso exemplifica também que o Governo se ausenta do papel de proteção do meio ambiente e permitem o seguimento de projetos danosos a comunidades indígenas, pois suas terras são alvo de instalação de hidrelétricas.

Os termos “*impedir*” e “*evitar*” utilizados no discurso fazem com que a memória discursiva se remeta a providências a serem tomadas para que essas barragens não prejudiquem a Amazônia. Desse modo, o sujeito discursivo assume o papel de ativista, indígena e defensora do meio ambiente, ao mesmo tempo, reforça a imagem do indígena como defensor da natureza. Logo após os citados dizeres, há fotos do sujeito com lideranças indígenas, de modo a evidenciar mais uma vez que não está sozinha perante a causa. Segue abaixo a terceira postagem selecionada, postada dia 10 de dezembro de 2016:



Figura 3 – Liberdade de expressão
Fonte: Facebook (2016).

Nessa publicação, o sujeito discursivo comenta *Liberdade de expressão????!!* *Segundos esses aí . Nunca mais!!!!!!*, em uma notícia compartilhada, na qual o projeto de Renan Calheiros presunha prisão de manifestantes virtuais. A memória discursiva é acionada, vindo à tona a lembrança do período militar, no qual cercearam a liberdade de expressão. A memória discursiva “torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, p. 31, 2002). Assim, os sentidos das palavras *liberdade de expressão* já significaram em outro momento e continuam tendo efeito sobre o que está sendo comentado por determinada atitude de um político.

O tema já fora discutido desde a constituição do Brasil como República e, principalmente, no período de Ditadura Militar, uma vez que atualmente uma das maiores formas de opinar, disseminar ideologias, expressar indignações é, por meio de domínios virtuais, seja por redes sociais, blogs ou sites. A internet possibilita um espaço ilimitado, de fácil acesso a milhões de pessoas. Sendo que, no período de Ditadura, as pessoas não podiam mostrar diretamente seus pensamentos ou críticas, eram reprimidas pelo governo autoritário. E como ainda estão sendo construídas leis referente ao uso da internet, um político que se sente, de alguma forma, atingido, ameaçado, tenta se desfazer do meio virtual, impedindo que as pessoas possam expressar opinião. No entanto, por meio de músicas, poemas, autorias de forma indireta reivindicavam, criticavam o Governo vigente.

O sujeito-discursivo se inscreve como usuária da internet e cidadã brasileira e, ao utilizar o discurso-outro (Renan Calheiros), questiona as restrições pretendidas, uma vez que a internet, geralmente, é o único meio encontrado pelas minorias para se expressarem. A memória discursiva, é acionada por meio das palavras “*liberdades de expressão*”, pois faz alusão ao tempo de Ditadura, em que havia grande repressão a liberdade de expressão.

3.1.2 A construção discursiva da liderança Xakriabá

O segundo perfil analisado é de Célia Xakriabá. A coleta dos dados ocorreu no período de novembro a janeiro de 2018. Na postagem do dia 12 de dezembro de 2016, no contexto de transição política no país, a liderança posta dizeres juntamente com o compartilhamento de uma foto (figura 4). Vejamos:



Figura 3 – Manifestação Indígena
Fonte: Facebook (2016).

Ao se apropriar do discurso acima, o sujeito faz referência aos movimentos indígenas, bem como utiliza as palavras em maiúscula para destacar e reforçar o dito. O discurso fortalece a ideia de que a luta indígena não cessará, de que não estão sozinhos na luta, haja vista que os povos vêm resistindo desde o século XX em enfrentamentos fundiários, mesmo com assassinatos de lideranças indígenas.

Ao utilizar a sequência discursiva “*e por nenhum direito a menos*” o sujeito se refere a luta dos povos indígenas quanto a terra, educação e saúde e contra o genocídio. O dizer acima foi construído de modo parafraseado, que, mesmo podendo ser elencado de outra forma, o sujeito utilizou uma ordem de enunciação¹, na qual permite que seja dito com certas palavras e não outras, permitindo que seja entendido de uma e não de outra forma. O “*nenhum*” representa algo negativo, excludente, já a troca pelo “*todos*” impõe algo positivo, abrangente, completo. Mas se entende que se quer ter atenção e as tomadas de decisões precisam ser vistas como algo que não fará bem ao povo, por isso optasse para um lado negativo dos dizeres. A palavra “*semente*” no trecho “*nós somos sementes e quem é semente nunca está sozinho*” lembra origem, germinar, crescer e dar frutos, sendo assim evidencia o discurso da força indígena em movimentos sociais, que a cada dia cresce o número de indígenas e adeptos à

¹ De acordo com Orlandi, há duas formas de esquecimento - Ordem de Enunciação e Esquecimento Ideológico. A primeira diz respeito às enunciações ditas de uma forma e não de outra, concebendo famílias parafrásicas designando outras formas que poderiam ser ditas. A segunda é do modo de como somos acometidos pela ideologia, transmitindo a ideia que os dizeres são originalmente nosso, sendo que já foram ditos.

causa indígena. Portanto, o sujeito do discurso se inscreve no texto como ativista da causa indígena, havendo um alinhamento entre o sujeito empírico indígena e o sujeito discursivo ativista em prol da causa indígena.

Parte do discurso também é representado na imagem, onde os dizeres em vermelho, voltando para história, permite compreender que a cor representa luta, revolução. Na figura das mãos segurando a espada através do corpo de uma mulher indígena com uma criança no braço, indica que os próprios poderes que deveriam zelar pelo bem de todos, como estabelece a constituição, são os que estão retirando o direito dos indígenas. Entende-se que a representatividade dos braços vestidos com ternos pressupõe que os que se julgam civilizados são os primeiros a realizar atrocidades, unidos para causar até mesmo a extinção dos indígenas. Sendo assim, o sujeito discursivo se inscreve como liderança indígena ativista, pois seu discurso implica no lugar social em que se encontra, fazendo com que fique evidente as questões ideológicas que o permeiam. Segue abaixo a segunda postagem selecionada, publicada no dia 13 de dezembro de 2016:



Figura 4 – Medidas tomadas por Michel Temer

Fonte: Facebook (2016).

A memória discursiva remete ao período de colonização do Brasil, em que milhares de indígenas foram assassinados em conflitos com os portugueses. Ao utilizar os termos “*invadiu*” e “*Covardia história*”, o sujeito rememora o dia da chegada dos portugueses ao Brasil, e o genocídio aos povos indígenas nos dias de hoje, atrelando, assim, o passado ao presente, uma vez que indiretamente, como um não dito, atrela a imagem do ex-presidente Michel Temer a Pedro Álvarez Cabral, como um novo “exterminador” dos povos indígenas.

Lembrando que os portugueses, no movimento pedagógico de catequizar os indígenas e transformá-los em, ao menos, pessoas com terras e que seguissem o modelo de vivência dos europeus, dizimaram e escravizavam aqueles que não se submetiam. E, nos dias atuais, com as políticas públicas cada vez mais escassas quanto aos direitos à terra indígena, facilitando a entrada de grileiros, fazendeiros e empresas, o genocídio ainda é uma das principais problemáticas enfrentada pelos povos indígenas.

Portanto, o sujeito-discursivo, que, desde sempre, acompanhou lutas do povo Xakriabá e escutou dos antepassados como fora colonizado o Brasil, se inscreve como sujeito

histórico e social, tomando para si o papel de indígena que sempre sofreu com ataques aos povos originários, resgata na memória discursiva informações para debater questões que perpassam séculos, e que, por meio do dito e não dito, busca resgatar questões tanto de séculos passados quanto do século atual. Segue abaixo a terceira postagem selecionada, datada em 06 de dezembro de 2016:

Ser ética sem perder a étnica! Considero que a nossa formação não foi e nem é apenas no meio acadêmico é também no movimento indígena. Embora reconheçamos que o espaço acadêmico nos empodera nos instrumentaliza para luta.
"Cupamos e estamos neste lugar com grande desafio de fazer o papel falar"
Valdelice Veron.



Figura 5 – Ser ética sem perder a étnica
Fonte: Facebook (2016).

Nos dizeres da liderança, o que chama a atenção logo de início é “*Ser ética*”, trazendo à tona a questão conceitual do discurso que ser ético significa “tudo que está em conformidade com os princípios de conduta humana; de acordo com o uso comum, os seguintes termos são mais ou menos sinônimos de ético: moral, bom, certo, justo, honesto” (BAUMHART, 1971, p. 344). Logo após a sequência discursiva “sem perder a étnica!” O dizer aciona a memória discursiva sobre o fato de os povos indígenas terem sido reprimidos, sua forma de pensar, viver e ser não eram aceitos. Quanto a palavra étnica, ao ser derivada de etnia, é caracterizada por pessoas com origens e interesses comuns, com algum grau de solidariedade e coerência, unidas ou próximas por experiências compartilhadas (CASHMORE, 2000). Logo, o sujeito do discurso fala em resistência da étnica, de que vão lutar para manterem o modo de existir dos povos indígenas.

Dessa forma, juntando os dizeres, compreende-se que o sujeito do discurso se utiliza de valores respaldados pela sua cultura, mesmo inserida em uma cultura não-indígena, não pertencente ao seu povo, uma vez que as ideologias se diferenciam. Em seguida, fala sobre ter um estudo acadêmico, mas não somente como forma de conhecimento, mas “*movimento indígena*”. Destaca que o conhecimento não se dá somente em sala de aula, mas nas ações referente às lutas da causa indígena. Para os indígenas, só fora possível ingressar em uma universidade no início da década de 90 quando propostas e parcerias com governos e instituições educacionais foram validadas. O que fortaleceu o entendimento de políticas voltadas aos indígenas, reforçando os conhecimentos empíricos que possuem sobre o tema, tornando, assim, resistente o movimento indígena.

A sequência discursiva: “*ocupamos e estamos neste lugar com grande desafio de fazer o papel falar*” aponta para o fato de o Brasil ser extremamente burocrático, no qual somente documentos escritos se fazem valer. Logo, o discurso teve por finalidade esclarecer que todo ensinamento recebido na universidade será utilizado para pôr em prática lutas e movimentos em prol à causa de seu povo (*fazer o papel falar*). E ainda aciona a memória discursiva de que os povos indígenas são da cultura da oralidade, mas a sociedade envolvente não os escuta a não ser que seja por papel, isto é, que façam uso da escrita.

Na presente publicação o sujeito-discursivo é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação discursiva científica, se inscreve como sujeito acadêmico, sabe das dificuldades dos indígenas em se ter acesso à educação. Seu discurso evidencia sua satisfação ao ver uma mulher indígena garantir um lugar na universidade, no que de fato, mostra o avanço no reconhecimento étnico dos indígenas, visto que, de acordo com o Censo de Educação Superior de 2017, 56,7 mil indígenas estão matriculados na universidade e 57% são mulheres. Logo, o sujeito do discurso fala do lugar de acadêmico, sendo a educação mais uma forma de luta dos povos da floresta.

4. Considerações Finais

Por meio das análises, há a compreensão que os meios de comunicação mais democráticos e a prática ciberativista em prol da causa indígena nunca se fez tão necessária como nos dias atuais. A posição-sujeito que Sônia e Célia se encontram permite força nos dizeres, assim como mostra que estão rompendo com representações pré-estabelecidas quanto a questões étnicas e de gênero e notou-se que no viés do discurso analisado, que as mulheres indígenas estão ganhando espaço. E o contexto social vai se resignificando, tomando novas formas, permitindo que essas mulheres, na posição-sujeito, constroem a posição de liderança, de defesa não somente pelo povo do qual faz parte, mas a defesa pelos povos, desconstruindo o estereótipo de que liderança é só pela figura do homem. Os discursos realizados por elas, se materializam e fazem sentido na língua, em um contexto concretizado por séculos, mas passível de mudança. Mas, a partir do ciberativismo, se permite desconstruir estereótipos, mostrando a atuação da mulher indígena, e sua luta por melhorias étnicas e de gênero.

No decorrer das análises, identificou-se, portanto, que os sujeitos-discursos se constroem como lideranças e ativistas, que firmam sua identidade e que buscam se posicionar e reivindicar os direitos de seus povos, de modo a evidenciar que a comunicação em ambiente digital veio para fortalecer essas lutas.

Referências

- AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1980. v. 5.
- BAUMHART, Raymond. **Ética em negócios**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1971.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.
- CASTELLS, Manuel et al. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. Philosophiques**, v. 9, n. 2, p. 239-264, 1982.
- FOUCAULT, Michel (1969). **A arqueologia do saber**. Trad. brasileira de Luiz Felipe Baeta Neves. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. Tese de Doutorado em Letras apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.
- HERNANDEZ, R. (Edit) **Etnografias e historias de resistencia. Mujeres indígenas, procesos organizativos y nuevas identidades políticas**. México: Centro de Investigaciones y Estudios em Antropologia Social: UNAM, Programa Universitário de Estudios de Género, 2008. 516 p.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- ORLANDI, Eni P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. Cortez Editora, 2002.
- PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital. **Encontro da Compolítica**. Rio de Janeiro: 2011.
- RIGITANO, Maria Eugenia Cavalcanti. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente. **I Seminário Interno do Grupo de Pesquisa em Cibercidades**. Bahia: 2003.